

WILSON FABIANO MOURA

A ASCENSÃO SOCIAL DO NEGRO ATRAVÉS DO FUTEBOL

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Professor Orientador: Ricardo João Sonoda Nunes

CURITIBA
2002

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus e toda minha família que nesses anos estiveram presentes ao meu lado, apoiando em todos os momentos. Agradeço a todos os meus amigos nestes anos de universidade, em especial Cristiano, Raphael, Ricardo, meu orientador, e Sidnei, que com certeza foram muito importantes, nunca deixando que eu desanimasse.

E saibam que todos foram fundamentais para a conclusão deste curso. Obrigado e que Deus abençoe a todos.

Dedico este trabalho à todos os negros, pois todos nós irmãos podemos fazer parte de uma única sociedade. Dedico ainda com carinho especial ao meu filho Hérculis como forma de incentivo e inspiração à sua vida.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
1.0 - INTRODUÇÃO.....	01
2.0 - REVISÃO DE LITERATURA.....	06
2.1 - UMA RÁPIDA ANÁLISE SOBRE O PANORAMA SOCIAL BRASILEIRO.....	06
2.2 - A CONDIÇÃO NEGRA.....	14
2.2.1 - RAÇA E RACISMO ENQUANTO ORIGEM DE DESIGUALDADE.....	14
2.2.2 - INDICADORES EDUCACIONAIS, PROFISSIONAIS E RACIAIS.....	18
2.3 - A EDUCAÇÃO FÍSICA: SEUS COMPROMISSOS SOCIAIS, EDUCACIONAIS, PROFISSIONAIS E A SUPERAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO.....	23
2.3.1 - EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIA.....	23
3.0 - METODOLOGIA E TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS.....	32
3.1 - METODOLOGIA.....	32
3.2 - ANÁLISE, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	34
4.0 - CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
ANEXOS.....	42

RESUMO

Este documento reúne a síntese dos dados coletados a partir de uma pesquisa bibliográfica descritiva qualitativa e da observação da realidade que envolve o futebol enquanto meio de ascensão social do negro e nesse aspecto o significado da Educação Física. Abordando aspectos de caráter sócio-cultural, este estudo buscou focar em que medida a Educação Física contribui a partir de seus paradigmas para que se legitime a expectativa e se escamoteie a realidade que envolve o futebol enquanto profissão que se constitui um setor de extrema seletividade onde mais se exclui do que inclui, onde mais se discrimina e estabelece uma lógica da seletividade.

1.0 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa essencialmente bibliográfica parte de algumas observações empíricas que estão materializadas no senso comum. O objeto de estudo se constitui da análise do futebol no âmbito da educação física enquanto prática esportiva difundida no Brasil e no mundo, mas mais especificamente no Brasil sob um conceito de “Paixão Nacional”. Um esporte cuja prática se dá em todas as classes sociais, em todas as faixas etárias e sem diferença de gênero.

E a partir desse domínio popular se buscou enfocar esse esporte no seu aspecto de “vendedor de sonhos” na medida em que os meios de comunicação contribuem significativamente para criar nas populações economicamente desfavorecidas e nas minorias a ilusão de que a prática do futebol levará a todos uma carreira profissional abastada, bem remunerada, com reconhecimento e glória.

Essa esperança é alimentada pelas reiteradas aparições nos meios de comunicação as quais por sua prática de formar opiniões de massa, de criar ídolos, de encontrar telespectadores e ouvintes, acabam por escamotear histórias que se passam longe dos bastidores, algumas que jamais serão contadas, outras que apenas servem de exemplo para reforçar a idéia de que a partir do futebol os excluídos sociais, os menos favorecidos economicamente e os grupos abordados como “minorias” como os negros do Brasil terão acesso à riqueza, à fama.

Nesse sentido é que se detém o problema dessa pesquisa que se constitui em desvelar qual o papel da Educação Física no processo de formação e conscientização das crianças quanto as reais possibilidades de se ascender socialmente pela prática do futebol?

Buscou-se enfocar a condição negra com ênfase da análise tendo em vista o fato social de que há nesse esporte uma grande incidência de negros bem sucedidos nessa

profissão, que alcançaram destaque no cenário nacional, sobressaindo-se as demais atividades profissionais, desportivas e de expressão social.

Sob a ótica da pesquisa essa modalidade de esporte profissional aparentemente emerge na concepção popular como o meio de ascensão do negro por excelência, como em nenhuma outra área financeiramente bem remunerada se pode constatar, daí a razão de se enfocar este estudo sobre esse fato e buscar desvelá-lo. Diante disso se justifica a realização dessa pesquisa na medida em que seu objeto detém relevância social, profissional, contemporânea e científica.

A relevância científica se inscreve no fato de que a Educação Física em toda sua trajetória vem sempre se constituindo em uma área do conhecimento que é usada para viabilizar projetos de caráter político, econômico, educacional, social, de medicina preventiva, de medicina curativa, etc.

Assim é que em diferentes episódios da sociedade brasileira aparecem os conceitos da educação física como meio de preparar cidadãos saudáveis prontos para o trabalho, ou como meio de viabilizar saneamento, ou criar conceitos de qualidade de vida, ou de educação ambiental, etc.

No caso do futebol e sua possibilidade de propiciar aos menos favorecidos um meio de ascensão social, novamente essa ciência vê seus referenciais sendo abordados, ainda que de maneira velada como meio universalizado comum a todos.

Do ponto de vista da relevância social a pesquisa buscou contribuir para que se produza um conhecimento sobre o real no qual se gestam as concepções equivocadas, na qual se produzem meias verdades, na qual se criam ilusões e desviam os reais interesses pela prática de uma modalidade esportiva como um meio de ascensão social e não como o meio de formar o cidadão em sua totalidade.

A relação futebol, negro, profissionalização, riqueza e educação física, se constitui em um conjunto de fatores que se realiza nos dias atuais e marcam profundamente a história de muitas crianças, notadamente meninos negros que criam a expectativa de uma vida melhor como a de seus ídolos negros do futebol o que é compartilhado por seus pais.

Essa expectativa faz com que assumam essa possibilidade como ideal de vida, ideal que perseguem e envidam todos os seus esforços sem abrir outra perspectiva. A frustração cria um estado de decepção e a constatação de que a vida exige outra alternativa para a qual não estão preparados os arremetes à dura realidade da desqualificação educacional e profissional.

Diante desse quadro tem-se requisitado o trabalho do profissional da educação física no sentido de conscientizar os seus alunos da necessidade de desenvolver todas as suas potencialidades, de aplicar-se em busca de seu ideal enquanto carreira profissional mas, de maneira consciente desvelando a realidade que está por traz dos grandes atletas, e principalmente da seletividade, dos interesses econômicos, dos fatores que estão afetos às relações financeiras, patrocínios, meios de comunicação, etc., que muitas vezes são mais determinantes do que a própria capacidade do atleta.

Com esse estudo espera-se contribuir para que a Educação Física detenha novos conhecimentos produzidos a partir da constatação da realidade, almejando-se propiciar às crianças os meios necessários para alcançar os seus sonhos, os seus ideais, mas principalmente, abrir uma perspectiva de busca consciente dessa realização e de alternativas que os torne tão felizes, completos e capacitados para outros caminhos que os realizem como pessoa.

O método da pesquisa qualitativa utilizado se caracteriza basicamente por levantar dados cuja qualidade prevaleça à quantidade, ou seja, o objeto dessa análise está

diretamente relacionado às pessoas e suas relações, essas relações se processam a partir da recorrência de ações e inter-relações que imprimem novas reações e constroem a história dos indivíduos e das sociedades, portanto, detém uma qualidade que lhes permite determinar o real. O objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significado dela transbordante.

A pesquisa bibliográfica por sua vez se constitui no meio de coleta de dados preponderante que norteou todo estudo aqui relatado.

As questões levantadas, a partir das quais se efetuou a pesquisa bibliográfica se constituíram da seguinte sistematização:

- quais as determinações que possibilitam ao futebol profissional o destaque enquanto preferência desportiva dos brasileiros, enquanto um dos esportes mais bem remunerados do país?
- Qual o significado dos meios de comunicação na formação das representações sociais do futebol enquanto meio de ascensão social do negro no Brasil?
- Qual o papel da Educação Física no processo de conscientização sobre a realidade na qual se insere o futebol e seus profissionais e a formação esportiva cidadã da criança em fase escolar?

A partir da realização desse estudo se alcançou o objetivo geral desse estudo que foi o de conhecer o papel da educação física no processo de formação da criança negra e sua conscientização sobre a realidade que envolve a profissionalização do futebol e os caminhos alternativos ao sucesso enquanto cidadão de uma sociedade que exclui minorias e inviabiliza acessos a melhores condições de vida. Buscando a partir desse conhecimento contribuir para que os sonhos não alcançados não se constituam em marcas para a exclusão

e que sua realização se caracterizem pelo compromisso com a transformação da realidade na busca de se construir uma sociedade mais justa, de oportunidades universais, solidárias, igualitárias e inclusivas.

A sistematização desse estudo se dá em três capítulos, o primeiro se constitui da revisão de literatura no qual os dados são coletados a partir da pesquisa bibliográfica. O segundo capítulo apresenta a metodologia aplicada no tratamento dos dados coletados sobre o objeto de análise; no terceiro capítulo está sistematizado a análise e interpretação dos dados.

Ao final apresenta-se as considerações finais com um breve relato de como se deu a pesquisa e os achados mais importantes.

2.0 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 UMA RÁPIDA ANÁLISE SOBRE O PANORAMA SOCIAL BRASILEIRO

O Brasil vive hoje uma realidade contraditória. Dos seus 175 milhões de cidadãos, grande parte vivem na mais completa miséria. Enquanto que apenas 10% acumulam a maior fatia da riqueza produzida. KOGA (2002, p.23) afirma que:

É fato que as cidades brasileiras expressam de forma muito nítida o perverso modelo de desigualdade social no país. O Relatório de Desenvolvimento Humano dos países da ONU/PNDU-2002 revela, mais uma vez, a persistência desse modelo. Embora o Brasil tenha melhorado sua posição no ranking dos 173 países, ocupando o 73º lugar e nota 0,757, sendo que no relatório 2001 ocupava o 69º lugar. No IDH-Índice de Desenvolvimento Humano 2000, ele mantém o quarto lugar no ranking dos países com maior concentração de renda, perdendo apenas para três países da África, de acordo com o Índice de Gini (medida de grau de concentração de uma distribuição cujo valor varia entre 0 (perfeita igualdade) e 1 (desigualdade máxima)).

Essas diferenças a acesso à riqueza produz uma série de diferenças que lhe é recorrente e cujas conseqüências formam um conjunto de fatores que na medida em que se consolidam, reproduzem a pobreza, naturalizam as diferenças, banalizam as discriminações, as exclusões e o preconceito.

Não bastasse a formação histórico-cultural basicamente excludente e discriminatória que marcou a sociedade brasileira desde os primórdios da colonização que subjogou índios e negros aos interesses do colonizador branco e que jamais foi superada apesar dos discursos e dos princípios constitucionais, vive-se hoje uma realidade de caráter globalizador que acirra ainda mais as diferenças em razão das conseqüências políticas, econômicas dessa globalização.

Esse processo de globalização que atende notadamente os interesses de mercado, sob a ótica do capital traz conseqüências significativas para o conjunto da sociedade.

É que na verdade, a sociedade capitalista pós-moderna tem seu cotidiano determinado pelas relações capital-trabalho, ou seja, significa dizer que as condições materiais de vida que permitem a sobrevivência e o acesso aos benefícios que o progresso tecnológico e cultural proporcionam e dependem diretamente do poder econômico que cada cidadão detenha.

O que depende da sua situação diante dessa sociedade de classes divididas basicamente entre o capital e o trabalho, ou seja, ou se é proprietário do capital ou se é proprietário da força de trabalho. Tal como explica IAMAMOTO (1997, p.39):

Para sobreviver, o homem precisa produzir os seus meios de subsistência e para isso, tem que dispor dos meios necessários à sua produção. Quando o trabalhador está desprovido dos meios de produção, está, também, desprovido dos meios de subsistência. À medida que estes se contrapõem ao trabalhador, como propriedade alheia monopolizadas por uma parte da sociedade – a classe capitalista – não lhe resta outra alternativa senão vender parte de si mesmo em troca do valor equivalente aos meios necessários para sua subsistência e de sua família, expressas através do salário.

O homem assim comercializa no mercado sua força de trabalho e nessas condições se mitifica em forma de mercadoria. Nesse sentido, percebe-se que há no mercado uma mercadoria provida de vida, de capacidade de transformar o capital, o dinheiro em mais dinheiro, em mais riqueza.

Mas, isso não quer dizer que a riqueza produzida pelo trabalho é redistribuída igualitariamente entre quem detém o capital inicial (o capitalista) e quem reproduz esse capital, na verdade, a riqueza gerada é apropriada pelo dono do capital em forma de lucro.

Ao trabalhador se paga apenas o salário a diferença entre o salário pago e a riqueza produzida pelo trabalho assalariado constitui-se no excedente que gera a mais-valia responsável pela ampliação, reprodução e acumulação de riqueza.

O jogador de futebol profissional, por exemplo, vende sua força de trabalho aos clubes que exploram sua imagem, sua força física, sua habilidade técnica e intelectual gerando lucro, o salário pago é sempre inferior ao lucro gerado.

Mas, o exército de trabalhadores disponíveis no mercado aptos às ofertas de postos de trabalho é sempre infinitamente maior do que as vagas existentes. É chamado exército industrial de reserva. Este, regula os preços dos salários pagos, permite que o capital cada vez explore mais seus trabalhadores e lhes imponha condições cada vez menos favoráveis de vida e trabalho.

Como se constata em HARVEY (1996, p.143):

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical transformação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (...) Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Segundo o autor, o resultado desse processo de flexibilização das relações de trabalho é a estruturação de um mercado no qual se tem um núcleo central de trabalhadores, que é cada vez menor no âmbito das empresas cujas condições de trabalho são significativamente diferentes dos demais trabalhadores. Os profissionais desse núcleo central se caracterizam por deter os melhores salários, são contratados em tempo integral, detém maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem e de uma boa pensão, e outras vantagens generosas. São os intelectuais, as estrelas do time empresarial. Na periferia do grupo central estão constituídos dois subgrupos distintos, um é formado pelos empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, esse grupo se caracteriza por sua alta taxa de rotatividade; o segundo grupo periférico oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e se compõe de

empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporário, subcontratado e com o menor segurança de emprego dentro da organização.

Segundo HARVEY (1996, p.145): *“A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais, uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruim”*.

Essa prática não difere nos clubes para os quais trabalham os jogadores de futebol profissional uma vez que estes clubes por questão de sobrevivência e pelo aspecto legal foram transformados em empresas regidas pela lei de mercado.

As conseqüências desse processo de flexibilização da produção, de globalização da economia tem papel marcante na organização social, na medida em que a forma de conceber as relações de trabalho gera o desemprego estrutural, ou seja, a redução de postos de trabalho gera lucro, a possibilidade de reduzir o quadro de trabalhadores sem ônus trabalhistas garante a manutenção do lucro e a facilidade com que se encontra bons profissionais no mercado industrial de reserva possibilita perspectiva de aumento de lucro nos períodos de maior demanda sem necessidade de desperdícios com treinamento.

Esse desempenho estrutural sob o aspecto social represente efeitos prejudiciais ao conjunto de sociedade e ao trabalhador e sua família, uma vez que as condições materiais de vida e sobrevivência ficam desprovidas, a pobreza é reproduzida e cada vez mais pessoas são excluídas do seu direito à uma cidadania efetiva, que permite acesso aos mínimos sociais com um padrão lógico de civilidade.

Estes excluídos do processo produtivo, são destituídos de qualquer possibilidade de inclusão e tal como descreve MARTINS (in YASBECK, 1993, p.21): *“Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e*

depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas, digna na cena da história”.

De fato cada grupo minoritário, cada excluído social procura encontrar um meio de sobreviver, de superar o estigma da exclusão, da exploração, da expropriação do qual é vítima.

Para as pessoas favorecidas economicamente o trabalho é sempre concebido como o caminho para uma vida melhor somado com o empenho pessoal, o estudo e à sorte de cada um.

Na verdade, embora as condições para a melhoria de vida sejam dadas socialmente e são comuns aos pobres, as saídas para melhorar de vida são pensadas quase sempre no plano individual ou no máximo familiar. Acreditam que a melhoria virá com o esforço de cada um com muito trabalho e estudo.

Vê-se na vida real a família e a Escola criam a expectativa de possibilidade de melhoria de condições de vida. Essa expectativa é fomentada por outros fatores como propaganda ideológica, veiculação de representações sociais mitificadas que atribuem exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade pelas suas reais condições de vida, de maneira que os fracassos ficam isentos de uma determinação advinda do modelo social vigente preenchido de desigualdades estruturais.

A própria escola, já no início de cada história de vida e no conjunto da história de cada grupo social detém significativa parcela de culpa por enfrentar seus referenciais científicos para explicar o fracasso a partir do indivíduo.

PATTO (1997, p.346) explica esse papel desempenhado pela escola e pelas ciências sociais:

Estas considerações remetem ao problema da relação entre ciência e cotidianidade. Não se trata de afirmar que as categorias da cotidianidade sejam alheias às esferas não-cotidianas. Basta aludir à função desempenhada pelos precedentes na atividade política, pela analogia na comparação científica e artística, pela entonação da arte (...) Em troca, a ciência moderna, ao colocar-se sobre fundamentos pragmáticos, absorve, assimila a estrutura cotidiana. Quanto mais alienada for a vida cotidiana, mais sua estrutura expande-se e invade domínios do pensamento e da ação não-cotidianas, como a ciência, a arte, o esporte, a política, a ponto de não haver mais linha divisória entre senso comum e ciência, o que é especialmente verdadeiro no caso das ciências sociais, cujas aplicações em termos de tecnologia social não passam de manipulação a serviço da preservação, sob o manto poderoso da ciência, de uma visão fetichizada de mundo.

O que se pretende demonstrar com isso é que a concepção de que a cada um compete o sucesso ou o insucesso social e profissional é difundida no senso comum e tem sido respaldado pelo discurso científico que em diversos níveis e organismos como a escola são legitimados.

Significa dizer que as diferenças sociais, individuais na prática não são consideradas assim como não se consideram as condições estruturais de vida na sociedade historicamente desigual.

Nessa questão cotidiano e ciência se misturam de maneira que se tem uma confusão instalada, pois não se tem comprovado um quadro referencial teórico que permite garantir que a singularidade humana se constitui de suas condições inatas ou se a singularidade de cada ser é fruto de suas mediações e vivências no seu meio. JAPIASSUÍ (1983, p.42) afirma que:

O homem não é um ser substância de quem poderíamos descrever e coisificar as atitudes e comportamentos. Não é um ser estático e acabado, cujo comportamento teria o privilégio de assemelhar-se a sua essência, isto é, a uma definição de seu ser inscrita na natureza humana. Porque antes de se constituir um ente como o outro qualquer, o homem é um existente que se constrói constantemente por sua presença no mundo que sempre se coloca em questão.

O que se percebe portanto, é que na atual conjuntura no qual as oportunidades são restritas, a dissimulação dessa realidade é escamoteada para criar falsas expectativas

quanto a universalização de oportunidades, o que tem caracterizado as práticas sociais e a busca incansável de cada indivíduo, em sua singularidade por realizar seu projeto de vida, sua trajetória de sucesso na maioria das vezes inviabilizada pela estrutura social vigente.

Na verdade, é praticamente impossível, como descreve REGO (1998), negar que há diferenças individuais entre os sujeitos de uma determinada cultura, assim como a variabilidade dos indivíduos de diferentes grupos sociais.

A constatação da singularidade humana, observável inclusive pelo senso comum, demonstra o problema da origem dessas diferenças.

A explicação dessas diferenças depende na verdade, do quadro referencial teórico utilizado, bem como da concepção que se adote para explicar a origem da constituição da singularidade humana.

Das leituras de VYGOTSKY (1997) por exemplo, pode-se depreender que a singularidade humana advém de fatores genéticos, portanto hereditariamente atribuídos somados a interação social do indivíduo com seu meio. Nesse quadro teórico, vê-se claramente o papel de mediador atribuído ao professor enquanto profissional, cuja praxes efetivamente está afeta a intermediar os signos, os significados do mundo a partir da singularidade. Nesse sentido o que vale Ter claro é o fato de que cada pessoa tem características próprias e diferentes modos de ser e de pensar, capacidades, valores, comportamentos, conhecer a origem dessas diferenças e o significado dessas diferenças nas determinações dos processos de vida de cada ser singular e genérico.

Para REGO (1998) a luz de todos os elementos analisados, podemos afirmar que há uma necessidade de uma revisão e aprimoramento da qualidade da formação prévia ou continuada à disposição das ciências e seus atores. O que se tem na verdade, é uma crise de paradigmas tendo em vista que teóricos e teorias não conseguem explicar como se

processa a síntese das diferenças sociológicas, biológicas, hereditárias, ambientais, na formação da personalidade, das possibilidades, das potencialidades presentes na história de vida de cada singularidade.

Contudo, há que se levar em consideração que a despeito da hereditariedade, das aptidões inatas as determinações sociais, o meio, as oportunidades no cotidiano, as representações sociais se constituem em importantes fatores que serão determinantes no que se refere às reais possibilidades de sucesso social, profissional dos indivíduos oriundos de cada grupo social, de cada cultura, de cada etnia. Nessa questão a ideologia dominante, o modelo de regulação social, estarão colocados a favor ou contrariamente a cada indivíduo a despeito de suas aptidões, de suas habilidades, e de seus projetos de vida.

Significa dizer que a singularidade de cada indivíduo na qual se somam ou se justapõem condições genéticas e condições sociais não detém em si mesma as características necessárias para alcançar seus projetos, isso porque fatores externos estarão presentes na definição de cada história, tal como descreve ROSEMBERG (1998, p.73): *“É preciso discutir as relações destacando três pontos: o acesso dos segmentos sociais à educação formal; a qualidade da educação a que tem acesso os diferentes segmentos sociais; a busca de interpretação para as desigualdades de oportunidades observadas entre os segmentos sociais”*.

Por certo existem outros parâmetros, outros paradigmas, outros critérios para se analisar a origem das desigualdades sociais as quais devem ser superadas pelos indivíduos a partir de seus potenciais, de sua singularidade, contudo, no âmbito desse estudo tornar-se-á por ponto de partida a análise das desigualdades e os mitos ideológicos de uma pseudo igualdade de oportunidades colocadas à frente dos indivíduos a partir do seu segmento racial.

2.2 A CONDIÇÃO NEGRA

2.2.1 RAÇA E RACISMO ENQUANTO ORIGEM DE DESIGUALDADES

A escravidão de pessoas negras trazidas da África foi um fenômeno histórico presente no Brasil até 1888. Desde então em decorrência do legado da escravidão e posteriormente decorrente de práticas racistas, o que se vê no país é a convivência de desigualdades e preconceitos raciais intensificados com o mito da democracia racial ou de um racismo cordial.

ROSEMBERG (1998) analisa que há no Brasil uma prática de uma classificação racial apoiada em características fenotípicas e sócio-econômicas de pessoal, isto é, classifica-se a cor.

Essa classificação difere da norte-americana, por exemplo, que tem como base de classificação a regra da hipodescendência, ou seja, parte da descendência.

Como esclarece a autora: *“No Brasil a classificação é de cor, não é dicotômica (branco versus negro) e fluida, não sendo determinada exclusivamente pela origem, havendo, assim, a possibilidade de passagem da ‘linha de cor’ em decorrência da combinação fenotípica e do status social do indivíduo. Isso se traduz pelo ditado ‘dinheiro embranquece’.”*

Para a autora essa fluidez na classificação mais o mito da democracia racial se difundem no plano acadêmico a partir de sistematizações e racionalizações em diferentes vertentes teóricas são fatores que vem provocando um debate sobre as desigualdades raciais no Brasil.

O que se verifica nessa questão é que a constatação de desigualdades raciais bem como, as tentativas de compreendê-las vem requisitando pesquisas e construção de novos conhecimentos que tem um marco histórico nos estudos de Florestan Fernandes.

Segundo ROSEMBERG (1998) este autor evidenciou a profunda desigualdade entre os segmentos branco e negro da população e buscou interpretar as relações raciais no período pós-abolicionista como resquício do antigo regime descrevendo essa situação como sendo incompatível com a nova lógica da sociedade competitiva e de classes emergentes.

Para a autora os estudos de Florestan Fernandes foram significativos e influenciaram as análises e concepções do pensamento educacional brasileiro possibilitando o reconhecimento da existência dessas desigualdades raciais, e decorrente disso, de reconhecer uma concentração maciça do alunado negro nas camadas mais pobres da população. Contudo, esse reconhecimento ao identificar as dificuldades interpostas à escolaridade da população negra com os problemas enfrentados pela pobreza, não considerou a especificidade do pertencimento racial.

A importância de se tomar a análise da questão racial enquanto determinante significativo de oportunidades na sociedade de classes capitalista está inscrita no fato de que as articulações entre raça e classe transcendem as determinações do destino da raça negra vinculados apenas aos fatores de classe e raça subordinada associada à evolução política e estrutural da sociedade brasileira.

Na verdade essa questão racial detém sim um impacto específico nas oportunidades de acesso a bem materiais e simbólicos.

A explicação apresentada por ROSEMBERG (1998, P.74) descreve que:

A mobilidade social de brancos e negros no Brasil, demonstra que as desigualdades não deveriam apenas das diferenças observáveis no ponto de partida de ambas as populações, mas, são devidas principalmente as oportunidades desiguais de ascensão após a abolição. Dentre as circunstâncias que contribuíram para esse desequilíbrio, destaca-se a política de imigração impregnada de 'matizes racistas', que resultou na marginalização dos negros e reforçou o padrão de distribuição regional dos dois grupos raciais. Os negros concentraram-se nas regiões economicamente menos desenvolvidas,

principalmente no Nordeste, onde as oportunidades ocupacionais e educacionais eram muito limitadas; e os brancos na região Sudeste ou Brasil desenvolvido.

A partir de então, transcorridos tantos anos o que se constata é que mesmo nas regiões geográficas mais desenvolvidas, os indicadores sociais como mortalidade infantil, expectativa de vida, rendimento, escolaridade, saneamento básico, mostram que às populações negras se reserva as piores condições de vida, isso acontece mesmo quando se compara as condições destinadas à população branca com o mesmo nível de renda, o que revela um componente específico de discriminação racial.

SILVA (1987) destaca três conseqüências do período escravocrata, presentes no cotidiano brasileiro nos dias de hoje.

A primeira conseqüência descrita pelo autor diz respeito à necessidade da escravidão para a consolidação do crescimento econômico e social do Brasil daquele período.

De uma análise comparativa pode-se constatar que a massa de trabalhadores e trabalhadoras de hoje apresenta as mesmas reivindicações que se faziam no período escravocrata, ou seja, ainda os trabalhadores “livres” anseiam pelo direito a um trabalho digno, a um pedaço de terra, a moradia, a uma remuneração justa, a não sujeição de crianças ao mercado de trabalho enquanto em idade escolar.

O que se percebe é a luta iniciada no período da abolição é ainda pertinente e reflete o desejo de se constituir uma sociedade justa e com direitos iguais para todos.

A segunda conseqüência do período escravocrata que está preservada nos dias atuais apontada por SILVA (1987), é descrita como sendo a internalização, por parte dos negros e pobres, da falsa identidade de submissão e aniquilamento decorrente de um processo de catequ Coast que pregava e ressaltava a condição humana de submissão a bens e ao senhor.

Para o autor esse fenômeno da submissão e alienação dos negros e pobres no que se refere a participação efetiva nos momentos decisivos da história se caracteriza hoje pela marginalização dessas “minorias” principalmente por serem aliadas historicamente da riqueza que ajudam a construir.

A terceira consequência do período escravocrata presente nas relações sociais brasileiras é o fato de que, apesar da repressão que sempre marginalizou o povo negro e os pobres, não foi possível a hegemonia branca eliminar as forças desses grupos em lutas pela liberdade.

Segundo SILVA (1987, p.15):

Sempre houve uma vitalidade que permaneceu incubada, por vezes tornada visível através das rebeliões, dos quilombos, do banzo ou do próprio suicídio (como protesto extremo), mas, que continua na história até hoje com a luta de todos os setores mais oprimidos: os negros, os sem terra, os índios, as mulheres, etc. sempre ávidos de conquistar, aqui, o direito de construir uma sociedade onde a liberdade e a participação sejam reais.

Para o autor essa luta persiste, porém, apesar de todo o desenvolvimento econômico, dos avanços políticos e sociais, na vida do povo negro continuaram crescendo as contradições. Na verdade, os moradores das favelas e regiões mais carentes são, em sua maioria, membros da raça negra.

Na análise desse autor a caracterização de brancos e negros mostra que há sempre uma situação desigual e desfavorável aos negros. Desde o período escravocrata o que se desenvolveu foi o fortalecimento do processo de discriminação que visa alimentar as bases para a não participação do povo negro nordestino da nação.

2.2.2 INDICADORES EDUCACIONAIS, PROFISSIONAIS E RACIAIS

Como se percebe a população negra é a que mais está sujeito, em seu cotidiano, aos problemas de ordem econômica e social, estes por sua vez acarretam a subnutrição, o déficit educacional, entre outros problemas de caráter social que têm relação direta com a discriminação racial imposta no mercado de trabalho e os problemas habitacionais.

Essa questão do mercado de trabalho se apresenta como fator determinante no agravamento dos problemas enfrentados pela população negra cujas heranças histórico-culturais já descritas revelam uma condição desigual.

Esse agravamento se dá na medida em que as políticas econômicas neoliberais adotadas no Brasil desde a década de noventa não consideram as desigualdades sociais.

Como explica PINTO (1995, p.337):

Um outro ponto é que o Estado neoliberal prega que toda a vida social pode ser regulada através da atuação dos mecanismos de mercado, que são de natureza quantitativa, negando aspectos qualitativos, ou seja, os mecanismos sócio-histórico-culturais, gênero e etnia. Todavia, o mercado muitas vezes se desenvolve pelas leis dos mecanismos qualitativos e a categoria etnia geralmente em sociedade de classes é determinante, e conforme afirma BARTH (1976), os grupos étnicos diferentes que partilham o mesmo território se dividem numa estrutura de classes no mercado de trabalho, ocupando nela lugares distintos.

SILVA (1987) ao se referir à questão do mercado de trabalho afirma que o negro além de não deter oportunidade de alcançar melhores salários também integra a porcentagem maior do índice de desempregados, portanto, expostos às maiores injustiças e à violência policial.

Como nas demais áreas também na educação os negros são penalizados, pois, enfrentam maiores dificuldades de acesso e permanência na escola, além do que freqüentam escolas de pior qualidade o que redundam em maior índice de reprovação e atraso escolar do que o registrado entre os brancos.

Conforme o senso IBGE 1991, a população brasileira, composta por 146,8 milhões de habitantes de acordo com as estatísticas 55,3% é composta por brancos; 4,9% de pretos; 39,3% de pardos e 0,5% de amarelos. Tomando por base o dado de que o conceito de raça negra aborda o conjunto formado por pessoas que se declaram pretas e pardas, os negros constituem 44,2% da população brasileira.

Para ROSEMBERG (1998) a discriminação racial no Brasil evidencia-se nitidamente quando se comparam os rendimentos das populações tendo dez anos e mais.

Segundo a autora, a análise do senso revela que pretos e pardos, recebem em média, menos da metade do que recebem em média, os brancos. Por consequência, mediada ou não por essa diferença de rendimentos a discriminação racial causa impactos nos demais planos da vida humana. Citando exemplos, a taxa de mortalidade infantil é mais elevada entre pretos e pardos e brancos sendo 105 e 77 respectivamente; a expectativa de vida de pretos e pardos é de 59,4 anos enquanto que brancos é de 66,1 anos.

Como esclarece a autora (1998, p.79):

Os não brancos estão expostos à discriminação racial no mercado de trabalho e, de um modo geral, enfrentam uma estrutura de oportunidades sociais que os colocam em desvantagem relativamente ao grupo branco. (...) Portanto, sabemos que as chances de vida inferiores a que os pretos e pardos estão expostos, em decorrência do racismo passado e presente, começam no momento da concepção e acompanham as pessoas ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Na educação, portanto, as desigualdades de oportunidades são claras na análise de dados. Assim, se constata que no Brasil como um todo e dentro de cada região fisiográfica os negros apresentam piores indicadores educacionais, conforme os dados do IBGE (1991), a taxa de analfabetismo é maior entre os negros do que entre brancos; a porcentagem de pessoas negras sem instrução e com menor de um ano é bem maior que o dobro em relação aos brancos, a proporção de brancos com mais de oito anos de escolaridade é maior do que o número de brancos sem escolarização, entre os negros essa

proporção é inversa há mais pessoas sem escolarização do que pessoas com oito anos ou mais de escolarização.

Conseqüentemente, o número de negros universitários é muito pequena. Também o atraso escolar na relação idade/série é maior.

ROSEMBERG (1998) além dessas estatísticas quantitativas ressalta que há uma diferença significativa também no que se refere à qualidade da escola à qual a criança negra tem acesso e a escola freqüentada pelos brancos.

Como demonstra a autora, mesmo freqüentando a rede particular em ínfima proporção, a escola particular que o negro freqüenta prevê cursos noturnos que são, no Brasil, os de pior qualidade. A escola de primeiro grau que o aluno negro pertencente a família mais ou menos pobre, freqüenta, seja ela pública e particular, diurna ou noturna, é de pior qualidade também porque prevê um menor número de horas diárias de aula. Ao nosso ver, essas características das escolas nas quais encontramos proporcionalmente mais negros do que brancos, que são escolas de pior qualidade, podem explicar os diferenciais raciais observados no aproveitamento escolar. Os negros mais do que brancos, freqüentam escolas carentes.

Para a autora, a discriminação educacional está relacionada ao racismo e se gesta no interior da escola na medida em que aí se realizam práticas preconceituosas, além da segregação espacial de populações negras nos espaços geográficos brasileiros.

A escola apresentação assim como um mecanismo hostil e indiferente aos problemas de relacionamento racial que ocorrem tanto na instituição escolar quanto na sociedade abrangente.

A hostilidade do ambiente se revela no currículo; no material didático das mais diferentes disciplinas; nas relações sociais da escola.

Assim, o que se percebe é que a escola, em contradição aos seu papel social, ao invés de contribuir para modificar as mentalidades antidisciplinatórias ou para inibi-las acaba contribuindo para a perpetuação da discriminação.

Com isso, ao freqüentar e ser submetido a esse ambiente hostil que desqualifica a identidade racial a criança e o adolescente negro podem recorrer à práticas de resistência na perspectiva de fazer oposição a esse ambiente.

Essas práticas vão desde a passividade até a agressividade, isso traz conseqüências conforme se vê na prática, tanto para a formação de sua auto-imagem, como para o equilíbrio psíquico e rendimento escolar.

Das análises já efetuadas pode-se depreender que não são as condições econômicas da população negra que a nivela, mas o simples fato de serem negros que os caracteriza, na visão do branco, como pobres. De fato os brancos dificilmente reconhecem como iguais as pessoas negras que ascenderam socialmente.

O que fica claro é que a escola pode representar diferentes reações nos segmentos negros, sendo de um lado a percepção de sua importância no processo de mobilidade social tanto como possibilidade concreta de ascensão como de manutenção da condição já alcançada, ou na pior das hipóteses a reação adversa no sentido de que estes segmentos percebam a escola enquanto instituição branca palco das primeiras e decisivas tensões inter-raciais que a criança negra passa a ter contato.

Nesse sentido ROSEMBERG (1998) propõe que a superação das desigualdades raciais será possível na medida em se denuncie e se promova a ruptura da estratégia do silêncio sobre o racismo brasileiro, além de se criar mais e melhores escolas nos espaços de concentração de populações pobres e negras. Também maior equidade nas políticas sociais, especialmente educacionais, beneficiando assim as crianças e adolescentes negros.

Dentre essas políticas sociais tem-se a política educacional cuja Lei 9.394/96 se caracteriza por seu direcionamento social da pluralidade, da inclusão, do reconhecimento da alteridade, de singularidade, da construção da autonomia para o exercício de uma cidadania consciente.

Essas diretrizes da lei se tornam mais concretas nas explicitações dos parâmetros curriculares nacionais que orientam cada uma das disciplinas.

A educação física enquanto área do conhecimento cujos referenciais teórico-metodológicos permitem democratizar, humanizar e diversificar as práticas pedagógicas, se apresenta como proposta de transcender o paradigma de caráter biológico para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e sócio-cultural do aluno.

Conforme se constata na proposta dos PCNS (1998, p.15) para Educação Física:

O trabalho de Educação Física é muito importante na medida em que possibilite aos alunos uma ampliação da visão sobre a cultura de movimento, e assim, viabiliza a autonomia para o desenvolvimento de uma prática pessoal e a capacidade de interferir na comunidade, seja na manutenção ou na construção de espaços de participação em atividades culturais como jogos, esportes. Lutas, ginásticas e danças, com finalidade de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções.

Conforme esse ordenamento re-significar esses elementos da cultura e constituídas coletivamente é uma proposta de participação constante e responsável na sociedade.

Diante dessa proposição a Educação Física reúne as condições concretas para a superação dos aspectos sócio-históricos, econômicos, culturais e políticos que envolvem a questão do negro e suas possibilidades de inclusão, participação e transformação das decisões e da vida na sociedade de classes inclusive com a profissionalização do negro no âmbito do esporte.

2.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA: SEUS COMPROMISSOS SOCIAIS, EDUCACIONAIS, PROFISSIONAIS E A SUPERAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO

2.3.1 EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIA

A educação física hoje concebida como área do conhecimento da cultura corporal de movimento no âmbito da escola se constitui em uma disciplina que integra o aluno na cultura corporal de movimento, que forma o cidadão a produzirá e reproduzirá, que a transformará.

Seus meios para essa formação está contida em suas práticas na medida em que instrumentaliza seus alunos para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas. Como meio de promover o exercício crítico da cidadania e da melhora da qualidade de vida.

Assim pensada a educação física, na prática escolar busca localizar em cada uma de suas modalidades os benefícios humanos e suas possibilidades de serem utilizados como instrumentos de comunicação, expressão de sentimentos, etc.

Na escola, conforme propõem os PCNS (Parâmetros Curriculares Nacionais) a educação física deve ter clara distinção entre o seu papel pedagógico e os objetivos profissionais.

Isso significa que as modalidades trabalhadas no âmbito pedagógico não devem confundir suas finalidades e objetivos educacionais com os de profissionalização apesar de se constituírem em fonte de informações as mesmas não podem transformar-se em metas a ser almejada pela escola como estas fossem fins em si mesmas.

Conforme os novos paradigmas propostos para essa área do conhecimento à Educação Física escolar deve oportunizar a todos os alunos o desenvolvimento de suas

potencialidades de uma maneira democrática e não seletiva, visando o aprimoramento de cada indivíduo enquanto ser humano.

A orientação dos PCNS é no sentido de que nem mesmo os portadores de necessidades especiais sejam privados das aulas de Educação Física.

Isso é possível nesse momento de reflexão das ciências sociais que buscam em todas as áreas do conhecimento, a superação de todo tipo de discriminação, de exclusão independente das razões que precipitem essas discriminações como as necessidades especiais, a cor, a raça, as condições sociais, as desigualdades sociais.

O que se percebe é que a Educação Física enquanto disciplina escolar aparece no texto da Lei de Diretrizes da Educação Nacional (9.394/96) como uma área que tem como desafio superar os seus paradigmas anteriores.

É necessário superar a ênfase na aptidão física para o rendimento padronizado, tal como se constatou historicamente em suas origens militares e médicas, assim como superar o seu atrelamento quase servil aos mecanismos de manutenção do “status quo” vigente na sociedade brasileira.

Isso permite inferir que a partir da prática da Educação Física na escola espera-se que seja possível ultrapassar as fronteiras e barreiras socioculturais que se fazem presentes nas relações com os membros dos grupos minoritários como os negros, os portadores de necessidades especiais, etc.

Isso é possível porque a educação física que tem uma história de no mínimo um século e meio no mundo ocidental moderno detém uma tradição e um saber-fazer ligados à modalidade de movimento do corpo em toda sua trajetória vem buscando a formulação de um recorte epistemológico próprio que sistematize essa ciência do movimento.

Conforme esclarece LIBÂNEO (1992) a educação física faz parte da vida, da cultura, do cotidiano. A cultura, vista como um conjunto de códigos simbólicos reconhecíveis pelo grupo permite que por seu intermédio se forme o indivíduo desde o seu nascimento. Por esses códigos a criança aprende os valores do grupo, por eles é que no seu processo de desenvolvimento os indivíduos vão sendo introduzidos na vida adulta da forma como cada grupo social as concebe.

Significa dizer que no que se refere a Educação Física os signos, os códigos, a cultura são transmitidas às gerações mais jovens com base em representações sociais e concepções de mundo próprios do momento histórico no qual se insere. Isso significa que se há nas relações sociais concepções e representações piores de preconceitos, racismos, discriminações também ela, em suas práticas reproduzirá as práticas sociais nas quais se insere.

Para o autor (1992), a superação desses condicionantes se constitui um desafio para que esta área do conhecimento promova a ruptura com os processos de subordinação à ideologia da dominação que subjuga os indivíduos à conceitos hegemônicos incluindo os mais “aptos” e excluindo aqueles que não interessam ao processo de ascensão social pela via do conhecimento, da profissão, do esporte, etc.

Nesse processo de superação PIMENTA (1992) esclarece que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em vigor orienta para a integração da Educação Física na proposta pedagógica da escola.

Nesse ordenamento legal, a educação física é também chamada a se comprometer com os avanços que se fazem necessários ao exercício pleno da cidadania e isso segundo os novos paradigmas propostos à essa área do conhecimento se alcança na medida em que se garanta aos alunos brancos e não brancos o acesso aos conhecimentos da cultura

corporal de movimento. Esclarece ainda a autora que interesses políticos e econômicos escusos podem, a partir de uma interpretação distorcida da lei, legitimar a descaracterização da Educação Física escolar, tornando-a mera área técnica ou recreativa desprovida de função no processo educativo pleno.

Diante disso, PIMENTA (1992, p.27) propõe que:

É fundamental, portanto, que a escola, a comunidade de pais e alunos e principalmente o professor valorizem-se e sejam valorizados, assumindo a responsabilidade de integração desta área de conhecimento humano ao projeto pedagógico de cada escola exigindo plenas condições para o exercício de seu trabalho, garantindo para o aluno a manutenção do número adequado de aulas e de condições efetivas para a aprendizagem.

Uma vez garantido a universalização de acesso à educação física a todos, a práxis o compromisso de superação passa a se consolidar na medida em que os conhecimentos construídos possibilitem a análise crítica dos valores sociais, como os padrões de beleza e saúde, desempenho, competição exacerbada, que se tornaram dominantes na sociedade e do seu papel como instrumento de exclusão social.

Vale ressaltar nessa questão a reflexão e os esclarecimentos que se fazem necessários no que se refere ao vínculo direto que a indústria cultural e do lazer estabelece entre os conhecimentos da cultura corporal de movimento e o consumo de produto.

É também de extrema importância que esta área do conhecimento desvele aos seus alunos o papel dos meios de comunicação e da indústria do lazer.

Isso porque são estes os meios utilizados pelo mercado, pela ideologia dominante e pelos interessados em perpetuar a ordem vigente. Inclusive pelo interesse comercial em transmitir impor valores, em impor o esporte espetáculo como produto de consumo.

Isso porque como descreve GUARESCHI (1999, p.60):

É difícil chegar a resultados conclusivos e decisivos sobre os efeitos comportamentais reais dos meios de comunicação, devido aos problemas metodológicos tais como o isolamento de variáveis-chave e a mensuração

seqüencial no tempo. Mas, apesar dessas limitações, há a evidência empírica que relaciona a conteúdos dos meios de comunicação de massa na América Latina com fenômenos sociais, tais como conformidade e a formação de estereótipos.

Para ilustrar essas questões o autor descreve dados de uma das muitas pesquisas já realizadas para analisar o significado, as conseqüências do ideário transmitido pelos meios de comunicação demonstrando a carga ideológica racista e preconceituosa veiculada no intertexto ou explicitamente nos programas de TV.

A crença de que os chineses são dezessete vezes piores do que os outros, enquanto que o homem branco é onze vezes melhor que o preto. A crença de que o homem rico é bom em 72% dos casos, e que o pobre é mau em 41% dos casos.

Nessa questão a educação física cujo objeto científico é justamente a concepção que cada um tem de si, da consciência de sua singularidade ao movimentar-se no mundo tem papel fundamental enquanto ciência capaz de colocar o sujeito no seu real lugar no mundo rejeitando conscientemente qualquer possibilidade de manipulação, de dominação de sua ação no mundo.

No que se refere especificamente ao projeto capitalista para os negros e pobres num espectro global, cabe a educação física em sua praxes descaracteriza a carga ideológica presente na exploração da prática do movimento do corpo como meio inequívoco de inclusão social enquanto padrão de consumo dele decorrente ou de submissão à propostas de comportamento de massa.

Nisso está contido o instrumento utilizado pelo ideário dominante que são os meios de comunicação de massa que buscam estabelecer padrões de comportamento de submissão, de conformismo.

Enquanto não se criam espaço eletrônico de respiração para países emergentes como o Brasil, deve-se criar uma muralha para se poder controlar as ondas eletrônicas que penetram os países de todos os lados.

Isso se concretiza pelo esforço dos atores sociais atentos e significativos para diferentes grupos sociais, profissionais, entre eles os educandos.

Como esclarece os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.21):

A compreensão da organização institucional da cultura corporal de movimento deve dar subsídios para a discussão sobre a ética do esporte profissional e amador, sobre a discriminação sexual e racial que neles existe. Essa discriminação pode ser compreendida pela explicitação de atitudes cotidianas, muitas vezes inconscientes e automáticas, pautadas em preconceitos.

Para LIBÂNEO (1992, p.77) a compreensão dessa discriminação pode ser alcançada a partir do desvelamento de processos históricos praticados e legitimados por diferentes instrumentos da dominação, por exemplo, do processo político e histórico de inclusão de negros nas práticas organizadas dos esportes nos grandes esportes de competição mundiais como as olimpíadas.

A compreensão desses mecanismos, enquanto compromisso da educação física fruto a seus alunos favorece a formação de uma consciência individual e social pautada no bem estar, em posturas não-preconceituosas e não discriminatórias, e ainda, no cultivo dos valores coerentes com a ética democrática.

Iniciada na escola este compromisso avançará para a prática profissional pois como esclarece PIMENTA (1992), o que define o caráter educativo, lúdico ou utilitário não é a atividade em si, mas a intenção do praticante, isso significa que um esporte pode ser praticado com fins utilitários, no caso do esportista profissional e pode ser praticado numa perspectiva de prazer e divertimento pelo cidadão comum.

O importante é se ter claro na formação da cultura corporal de movimento seja para aprimorar a eficiência dos movimentos como meio de satisfação pessoal ou como meio para o aperfeiçoamento profissional que cada indivíduo tem direitos a tratamento igualitário, ao desenvolvimento de seus potenciais, de inclusão indiscriminada, de exercício da cidadania e de acessos aos progressos do mundo globalizado, e ao conhecimento, às informações, além do respeito à sua autonomia inclusive quando a sua opção profissional está vinculada ao esporte enquanto profissão. Neste caso específico é preciso se registrar que há discriminação na universalização de acessos.

Basta se observar o caráter ideológico a carga histórica que envolve o futebol como esporte que coloca em evidência profissionais bem remunerados, bem sucedidos oriundos das classes menos favorecidas economicamente e de negros.

NEGRÃO (1997) esclarece que nesta questão estão contidos todos os processos históricos nos quais se entrelaçam a cultura racista que discrimina o negro, as desigualdades sociais, a falta de oportunidades em outros esportes bem remunerados como o automobilismo, o tênis, os esportes radicais, as ginásticas, a natação, a equitação, etc.

Todos estes inclusos em modalidades desportivas que demandam um aparato mecânico, físico, de pessoal e técnicas mais elaboradas e de maior dispêndio financeiro. Certamente entre os negros estão atletas que se tivessem oportunidades poderiam se sobressair na mesma proporção que se sobressaem no futebol.

Por outro lado, as falsas expectativas causadas pelo discurso da igualdade de oportunidades e de que o sucesso de cada um depende unicamente de sua iniciativa, ignorando-se os entraves ocasionado pelo modelo da sociedade desigual e excludente, legitimado pelos meios de comunicação que vende o mosaico dos profissionais bem sucedidos do futebol, reforçando a idéia de meninos pobres, das periferias que por seus

esforços chegaram ao topo arrastam milhares de meninos e adolescentes na busca de aperfeiçoar-se sem ônus aos grandes clubes, em campo de futebol improvisados, treinando incansavelmente até que dentre os milhares um deles seja finalmente descoberto por um olheiro ávido de novas e baratas revelações das chamadas bases do futebol.

O que não se revela é que a atividade de trabalho do jogador de futebol não é natural, mas produto social, no qual o jogador atua como proprietário de sua força de trabalho, a fim de troca-la por remuneração, tornando possível ao trabalhador compor os meios de subsistência.

Pelo lado do jogador de futebol e de qualquer trabalhador é a possibilidade de compor meios para a sua subsistência que o leva a vender a sua força de trabalho, e da parte do empregador, a finalidade da contratação do jogador de futebol é a venda dos serviços prestados pelo atleta. Sua produção será consumida pelos espectadores nos espetáculos por ele proporcionados e para os quais pagam ingresso. (NEGRÃO, 1997)

Além desse desvelamento da condição quase servil do jogador de futebol aos seus contratantes é preciso esclarecer também à juventude que não percebe o futebol como um prêmio de loteria onde a maioria dos apostadores é preterida e poucos são escolhidos e têm sua imagem explorada pelo mercado de consumo de produtos esportivos e patrocinadores afins tanto para vender produtos como para vender a idéia de sucesso, com isso, fomentam a alienação que alimenta o exército de atletas do futebol de reserva no qual sempre há novos valores a serem repescados.

NEGRÃO (1997) mostra claramente a dicotomia de salários e tratamentos entre as estrelas do futebol e grande massa de atletas que estão na expectativa de uma oportunidade, segundo dados estatísticos publicados pela Folha de São Paulo, em

19.01.1994, apenas sete em cada dez jogadores de futebol profissional no Brasil receberam entre um e dois salários mínimos por mês naquele ano, e transcreve o autor.

Os contratos acima de dez salários mínimos são apenas 3% do total de jogadores de futebol profissional no Brasil. Entre cinco e dez salários mínimos, 6,77%. Entre dois e cinco 19,6% de um e dois salários mínimos 51,38%. Até dois salários mínimos portanto, estão 70,63% dos jogadores profissionais de futebol do Brasil.

Para esse autor, o futebol se constitui em um trabalho servil, cuja exploração serve a muitos senhores como os clubes, as federações, a cartolagem a indústria de produtos afins, a audiência nos meios de comunicação, etc.

Segundo o autor, caso não haja uma mobilização da sociedade através dos meios de comunicação e das ciências sociais, a senzala do profissional de futebol continuará presente bem depois do século XXI.

As atenções se deslocam o tempo todo sobre ele (o jogador) e não sobre a estrutura que a mantém servil, camuflando assim, as concretas relações de produção que estão muito além de emoção do gol.

3.0 METODOLGIA E TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS

3.1 METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa ora desenvolvida se fundamenta na busca de dados qualitativos sobre as relações sociais, causas e conseqüências na vida concreta das pessoas que envolve a prática do futebol profissional.

Buscou-se dados que demonstrassem categorias de análise cujas determinações estão presentes na concepção de que o futebol profissional se constitui em meio de ascensão social para os atletas negros.

Outra categoria que se procurou evidenciar diz respeito ao significado que a ideologia dominante e seus instrumentos de dominação detém nessa expectativa do senso comum de que a todos é possibilitado igualmente a ascensão social a pauta de seus esforços utilizando-se como meio a educação, o trabalho e na perspectiva desse estudo o esporte representado pelo futebol profissional.

Outra categoria de análise relacionada a este estudo se refere ao papel da educação física nesse processo de desenvolvimento do real encoberto na aparência do senso comum referente à cultura corporal de movimento enquanto meio de promoção do exercício da cidadania em toda sua abrangência.

Essas categorias de análise foram explicitadas na composição do quadro referencial teórico ou Revisão de Literatura com base nas estratégias metodológicas da pesquisa bibliográfica.

Dessa pesquisa emergiram fatores que no decorrer dos levantamentos se complementaram compondo-se de análise da conjuntura social da sociedade capitalista pós-moderna marcada notadamente por uma organização social de classes que tem sua

divisão básica formulada a partir de duas classes contraditórias porém complementares entre si que é a classe dos trabalhadores e dos capitalistas.

Sendo que o sujeito da pesquisa, representado pelo jogador de futebol profissional aparece como membro dessa classe social representada pelos trabalhadores assalariados.

Com esse encaminhamento o objeto de estudo foi abordado em sua totalidade inserido no contexto social em sua relação com a sua alteridade sua praxes social e as práticas sociais representadas aqui pelo esporte, pela lei, pelas relações de trabalho, pelo aporte da ciência enquanto possibilidade concreto de instrumentalizou novas práticas, novas praxes.

O tratamento dos dados coletados na pesquisa bibliográfica se promoveu na perspectiva do método da análise de conteúdo onde se buscou analisar as categorias de análise no confronto com as questões norteadoras que se propunham a estabelecer a linha norteadora de busca de conhecimento.

O universo da pesquisa constituído pelo grupo formado pelos negros brasileiros prestou-se na pesquisa bibliográfica como uma minoria, conceito da classe hegemônica branca, apesar de que os não brancos se constituem em 44% do total de brasileiros conforme o senso do IBGE 1998.

Sob um método de construção de conhecimento pautado pelos princípios do materialismo dialético que tem orientado as novas correntes de estudiosos da educação física tal como descreve MELANI (1997, p.19):

A dialética materialista como método de explicitação científica da realidade humana-social não significa, por conseguinte, pesquisa do núcleo terreno das configurações espirituais (como supõe o materialismo reducionista, spinoziano, de feverbach); não significa emparelhamento dos fenômenos de cultura aos equivalentes econômicos (como ensinava Plekanov seguindo a mesma tradição spinoziana), nem redução da cultura a fator econômico. A dialética não é o método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade, é o

método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico.

3.2 ANÁLISE, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Da análise do objeto de estudo que se caracteriza pela Promoção da ascensão do negro na sociedade através do futebol o que se percebe é que há um complexo conjunto de fatores que tem como origem ou como fim os interesses capitalistas de dominação nem sempre desvelados e satisfatoriamente indicados para o conjunto da sociedade.

Desses fatores foi possível constatar em primeiro plano os mecanismos presentes na lógica capitalista de produção. Primeiramente que a produção da riqueza capitalista se dá pela produção de mercadorias na condição de bens e serviços. Essa por sua vez se processa com base uma estrutura que determina também a estrutura social.

Pois, em ambas no processo produtivo como no processo social há definidas duas forças contraditórias a força do capital formada pela apropriação do capital, dos meios de produção e da matéria prima, pelo capitalista que tanto na produção como na sociedade detém o poder econômico, social e ideológico.

De outro lado tem-se a força de trabalho capaz de produzir e reproduzir riqueza pela produção de mercadorias que detém um valor de troca e um valor de uso.

Essa força de trabalho é vendida no mercado de trabalho que é vendida por um salário com o qual essa classe social adquire o poder de compra para manter sua sobrevivência.

Nessa ampla relação em que o sujeito que produz a riqueza dela não se apropria insere-se o jogador de futebol. *“Confirmando ainda esses dados de exploração servil e abstraindo a questão do passe, a própria Confederação Brasileira de Futebol, em artigo publicado na Folha de São Paulo de 19 de janeiro de 1994, página 4-3, assinado por*

Mário Magalhães, cita que, sete em cada dez jogadores de futebol profissional do Brasil receberam entre um e dois salários mínimos por mês no ano passado”.

Também este trabalhador não se apropria da riqueza que produz, ao contrário sua exploração pelo capitalista transcende apenas o uso de sua força física, de sua habilidade técnica e intelectual, sua plasticidade mas também sua imagem é explorada e converte-se em lucro.

Nesse processo de exploração pelo capital da força de trabalho aparece o exército industrial de reserva como um mecanismo regulador de salários, de opção em tempos de grande demanda e disponibilização em tempos de baixa demanda.

Esse exército industrial de reserva revela desdobramentos importantes em todas as áreas do mercado com reflexos no mundo do futebol.

Primeiro porque esse exército está subjugado a um processo de flexibilização e globalização da economia, significa que direitos já adquiridos foram alijados sob o pretexto da flexibilização das relações capital-trabalho. Essa flexibilização faz com que a empresa flexível mantenha uma estrutura funcional na qual se encontram três classes de trabalhadores. Os bem sucedidos e bem remunerados no centro decisório da empresa e dois grupos periféricos, um com pouca qualificação com um pouco mais de estabilidade mas com pouca proteção das garantias trabalhistas e o segundo grupo periférico formado pelos trabalhadores com vínculo temporário, sem muita fixação e sem proteção trabalhista. (HARVEY, 1996)

Este exército de reserva alimenta os setores periféricos mantendo-se preparado para substituir ou complementar os quadros periféricos sendo que esse preparo, a aptidão é adquirida a partir de esforços próprios.

O reflexo dessa concepção de relações de trabalho flexível está afeto ao mundo do futebol na medida em que há um grande exército de atletas de reserva desde a infância preparados para serem absorvidos a qualquer momento pelo milionário circo do futebol.

Também nesse mercado de espetáculos os profissionais bem remunerados, com contratos permanentes estão protegidos por inúmeros benefícios, já na periferia do circo em clubes menores ou nas categorias de base estão a grande maioria de assalariados em condições contratuais e salariais bem menos favorecidas e sem garantias.

Esse exército de atletas de reserva à exemplo do exército industrial de reserva é formado por sujeitos singulares que trazem na alma uma esperança de absorção, de descoberta, essa esperança se alimenta com bases nos paradigmas, nas representações do senso comum da igualdade de oportunidades.

Tanto uns quanto outros não percebem que a lógica da evolução, da contratação não tem bases racionais bem definidas, os critérios, os interesses são escusos mas o fim é um só a produção do lucro.

Essa alienação quanto a lógica do mercado do futebol assim como no mercado produtivo se consolida e legitima historicamente.

Nesse aspecto faz parte da lógica os processos de discriminação, de preconceitos, de racismos de desigualdade de oportunidades de desigualdade de acessos. Conforme descreve ROSEMBERG (1998), REGO (1998) e PINTO (1987).

A discriminação do negro fruto de um preconceito racista nascendo nos primórdios da sociedade escravocrata e estrategicamente não superada pela hegemonia branca permite consolidar um processo de exclusão de desqualificação de falta de acessos que coloca a raça negra numa desvantagem de oportunidades de difícil superação.

Aliás, a inviabilização da superação se alimenta nas práticas sociais presentes no mercado de trabalho e reproduzidas no interior da escola.

Tudo tutelado, reproduzido e naturalizado pelos meios de comunicação de massa.
(GUARESCHI, 1999)

Diante desses fatores a escola e nos seus referenciais a Educação Física enquanto disciplina escolar e enquanto ciência da cultura corporal de movimento emerge como possibilidade concreta de superação de paradigmas, de incitação de debates, de provocação de reflexões críticas e de adoção de paradigmas e praxes concretamente formadores de uma nova concepção de cidadãos, de proprietários de uma alteridade de uma singularidade que não pode ser confundida e submetida a um comércio de mercadorias alienadas.

A consciência de si, de seus movimentos, de seu corpo tudo deve ser desvelado e apropriado conscientemente pelos setores concretos e a partir da apropriação de si é que as relações da sociedade da produção poderá ser alterada.

Conforme explica PIMENTA (1992, p.31):

A compreensão da organização institucional da cultura corporal de movimento na sociedade, incluindo uma visão crítica do sistema esportivo profissional, deve dar subsídios para uma discussão sobre a ética do esporte profissional e amador, sobre a discriminação sexual e racial que neles existe. Essa discriminação pode ser compreendida pela explicitação de atitudes cotidianas, muitas vezes inconscientes e automáticas, pausadas em preconceitos. Contribui para essa compreensão, por exemplo, o conhecimento do processo político e histórico de inclusão dos negros e das mulheres nas práticas organizadas dos esportes em olimpíadas e campeonatos mundiais. Pode, ainda, favorecer a formação de uma consciência individual e social pausada no bem-estar, em posturas não preconceituosas e não discriminatórias e, ainda, no cultivo dos valores coerentes com a ética democrática.

4.0 CONCLUSÃO

Interessante e revelador foi desenvolver a trajetória desse estudo.

Na verdade, em sua concepção inicial o que se esperava é realmente comprovar que o futebol poderia se constituir em um meio concreto para possibilitar ao negro a ascensão social e conseqüentemente a apropriação de meios de aquisição de bens próprios do mundo capitalista.

E mais a idéia é demonstrar também a supremacia do negro na questão de prática do futebol em relação ao branco.

De fato, parte desta expectativa restou comprovada porque de fato alguns negros superam todas as barreiras impostas pelo preconceito racial e social onde negros e pobres são confundidos na lógica preconceituosa e excludente dos brancos ricos.

Também é viável a luz da teoria que garante que cada indivíduo tem sua singularidade, sua personalidade e suas potencialidades determinadas em parte pela estimulação e mediação do meio em que vivem e em parte por suas características geneticamente transmitidas, logo a força de uma raça poderia aqui ser determinante.

Por outro lado, essas realidades emergiram já no início da pesquisa muito mais como fruto do senso comum carente de explicação científica do que por uma base teórica que a legitimasse.

E é nesse contexto que este estudo se mostrou surpreendente, pois, na medida em que se aprofundava a busca de mais dados para legitimar e dar um caráter de cientificidade a forma como se abordou inicialmente o objeto da análise a essência das relações do objeto com o mundo concreto, real superou a aparência.

Nesse sentido emergiram novas formas de conceber este objeto de análise. E assim, o que se contratou foi muito além do que se imaginava desvelar.

O negro como todas as minorias não são vítimas, não são exceções mas parte de estrutural de uma lógica que regula toda a vida em sociedade e que não será transformada, ao contrário se perpetuará enquanto não se lhe desvelarem para todo o confronto da sociedade, suas perversas articulações, mecanismos, ideologias, reproduções.

Isso se formula no âmbito da cultura, de instituições como a escola, nos órgãos de acesso às massas como as telecomunicações.

O jogador de futebol negro bem sucedido é usado em todos os seus interstícios como pessoa, como atleta, como imagem, como propaganda ideológica que reproduz uma falsa expectativa de que todos poderão chegar à uma carreira bem sucedida no futebol profissional, escamoteando a realidade de exploração de suas forças que se esconde sob a exploração do mercado de sua imagem e história de vida.

A loteria do sucesso assim divulgada alimenta sonhos cuja viabilidade de realização é buscada pelas crianças e jovem de parte significativa de nação brasileira, alienados do fato de que entre milhares de apostadores apenas um no máximo três estrelas em grandes times serão escolhidos sob critérios não claramente definidos.

Além de tudo, este estudo mostrou que se há um processo de exclusão de brasileiros por sua descendência étnica, há concomitantemente outros processos de exclusão cotidianamente em andamento do qual fazem parte brancos e negros desempregados, pobres e expropriados, nas relações de trabalho de toda riqueza produzida pelo conjunto de sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUARESCHI, P. *Comunicação e poder*. Rio de Janeiro : Vozes, 1999.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo : Loyola, 1992.

<http://www.dieese.org.br>

<http://www.ibge.com.br>

IAMAMOTO, M. V. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. São Paulo : Cortez, 1996.

KOGA, D. *Cidades entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo : Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C. *Metodologia do ensino da educação física*. São Paulo : Cortez, 1992.

MELANI, R. *Educação física. Que símbolo é esse?* Revista Discorpo, PUC-SP.

NEGRÃO, R. F. *O trabalho do jogador de futebol*. Revista Discorpo. PUC-SP, 1997.

PATTO, M. H. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo : Cortez, 1997.

PIMENTA, S. G. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo : Cortez, 1992.

PINTO, E. A. *O serviço social e a questão étnica/racial*. 8º Congresso Brasileiro de Assistência Social, Salvador, 1995.

REGO, T. C. *Educação, cultura e desenvolvimento*. São Paulo : Summus, 1998.

ROSEMBERG, F. *Raça e desigualdade educacional no Brasil*. São Paulo : Summus, 1998.

SILVA, M. R. da S. *O negro no Brasil: história e desafios*. São Paulo : FTD, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. *Normas para apresentação de documentos científicos, 2* : teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. Curitiba, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. *Normas para apresentação de documentos científicos, 6* : referências. Curitiba, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. *Normas para apresentação de documentos científicos, 7* : citações e notas de rodapé. Curitiba, 2000.

VYGOTSKY, L. S. *História do desenvolvimento das funções das pesquisas superiores*. Havana : Editora Científica Técnica, 1997.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo : Cortez, 1993.

A N E X O S

TABELA 1 – PRINCIPAIS INDICADORES DA INSERÇÃO DOS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO BRASIL / REGIÕES METROPOLITANAS – 1998

INDICADORES	SÃO PAULO	SALVADOR	RECIFE	DISTRITO FEDERAL	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE
Taxas de participação	63,2%	60,8%	54,2%	62,6%	58,5%	56,0%
Taxas de desemprego	22,7%	25,7%	23,0%	20,5%	17,8%	20,6%
Ocupados em situações vulneráveis (1)	42,4%	46,2%	44,7%	35,4%	40,3%	38,2%
Ocupados em postos de trabalho não qualificados (2)	28,6%	25,6%	24,2%	25,2%	27,0%	30,6%
Rendimento médio mensal dos ocupados	R\$ 512	R\$ 403	R\$ 363	R\$ 776	R\$ 444	R\$ 409
Salário por hora	R\$ 2,94	R\$ 2,88	R\$ 2,46	R\$ 5,06	R\$ 2,88	R\$ 2,43
Assalariados com jornada superior à legal	45,3%	41,7%	50,0%	28,0%	43,5%	38,9%

FONTE: DIESE Seade e entidades regionais PED= Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Notas

- (1) Inclui os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos, que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos.
- (2) Inclui as atividades não qualificadas do grupo de ocupação de apoio.

Obs. Raça negra, pretos e pardos; raça não-negra: brancos e amarelos.

TABELA 2 – TAXAS DE DESEMPREGO SEGUNDO A RAÇA BRASIL / REGIÕES METROPOLITANAS – 1998 (em %)

REGIÕES METROPOLITANAS	TAXAS DE DESEMPREGO		DIFERENÇA ENTRE AS TAXAS DE NEGROS E NÃO-NEGROS
	NEGROS	NÃO-NEGROS	
São Paulo	22,7	16,1	41
Salvador	25,7	17,7	45
Recife	23,0	19,1	20
Distrito Federal	20,5	17,5	17
Belo Horizonte	17,8	13,8	29
Porto Alegre	20,6	15,2	35

TABELA 3 – TAXAS DE DESEMPREGO POR SEXO, SEGUNDO A RAÇA BRASIL / REGIÕES METROPOLITANAS – 1998 (em %)

REGIÕES METROPOLITANAS	NEGROS		NÃO-NEGROS		DIFERENÇA ENTRE AS TAXAS	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES NEGRAS E NÃO-NEGRAS	HOMENS NEGROS E NÃO-NEGROS
São Paulo	25,0	20,9	19,2	13,8	19,6	51,4
Salvador	27,6	24,0	20,3	15,2	36,0	57,9
Recife	26,3	20,5	22,6	16,2	16,4	26,6
Distrito Federal	22,4	18,9	21,0	14,2	6,7	33,1
Belo Horizonte	20,5	15,8	16,8	11,5	22,0	37,4
Porto Alegre	22,7	19,2	18,1	13,1	25,4	46,6

FONTE: DIESE Seade e entidades regionais.

Obs.: Raça negra: pretos e pardos; raça não-negra: brancos e amarelos.

TABELA 4 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS OCUPADOS POR SEXO,
SEGUNDO A RAÇA BRASIL / REGIÕES METROPOLITANAS – 1998 (EM
REAIS DE DEZEMBRO DE 1998)

REGIÕES METROPOLITANAS	NEGROS			NÃO-NEGROS		
	TOTAL	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MULHERES	HOMENS
São Paulo	512,00	399,00	601,00	1.005,00	650,00	1.188,00
Salvador	403,00	297,00	498,00	859,00	647,00	1.051,00
Recife	363,00	272,00	427,00	619,00	462,00	739,00
Distrito Federal	765,00	614,00	898,00	1.122,00	923,00	1.306,00
Belo Horizonte	444,00	319,00	670,00	735,00	548,00	883,00
Porto Alegre	409,00	334,00	472,00	628,00	504,00	715,00

FONTE: DIEESE Seade e entidades regionais.

Obs.: Raça negra: pretos e pardos; raça não-negra: brancos e amarelos.